

REFORMAS

Gastone Righi foi ao Palácio. E sua emenda continua de pé.

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), afirmou ontem que sua proposta de emenda constitucional que convoca uma Assembleia Nacional Constituinte para as eleições de novembro de 86, "pode ser mais, uma contribuição ao debate sobre a Constituinte" e não prejudica o projeto do governo de discutir com todas as lideranças a questão antes de tomar medidas concretas nesse sentido.

Ao deixar o Palácio do Planalto, onde foi recebido pelo presidente José Sarney com outros dirigentes do PTB, Gastone Righi disse que o presidente não fez qualquer gestão para que retire sua proposta, que deve ser votada no dia 12 de junho próximo e poderá atropelar os planos no governo. "O meu projeto continua em tramitação, é uma contribuição para o aprimoramento do processo legislativo e eu acho que o Poder Executivo deve acolher qualquer iniciativa do Poder Legislativo, com ele se congratando. Ademais, o presidente Sarney é egresso do Congresso."

Gastone Righi revelou que o tema Constituinte constou da conversa com Sarney. O presidente disse aos dirigentes petebistas que pretende reunir todas as lideranças partidárias, também as que estão em processo de legalização, a fim de chegar a um consenso sobre a forma de convocação da Constituinte, de modo a facilitar a aprovação, pelo Congresso, do projeto que oficializará a medida. Mas não

chegaram a conversar sobre quem deve ser o autor da proposta, se o governo ou o Congresso.

O líder petebista entende que as emendas constitucionais são privativas do Congresso. Elas são de iniciativa de parlamentares, são aprovadas pelo Congresso e por ele promulgadas, sem audiência ao Poder Executivo. A seu ver, o presidente da República pode também enviar ao Congresso uma proposta desse tipo: "Mas por que ele iria fazer isso no caso da Constituinte, se já existe em tramitação na Casa uma proposta de iniciativa de um deputado, e que é tecnicamente perfeita para os fins a que se destina?"

Depois de lembrar que sua proposta, apresentada em março de 84, tem o apoio expresso de 2/3 dos deputados e senadores, inclusive de todos os atuais líderes do PMDB e do PFL no Congresso e alguns ministros, o representante paulista disse esperar que eles — Pimenta da Veiga, Ulysses Guimarães, José Lourenço, Humberto Lucena, Carlos Chiarelli, Fernando Lyra, Afonso Camargo, Carlos Santana e Pedro Simon, entre outros — agora deem apoio à sua emenda.

A emenda de Gastone Righi, que já vem sendo considerada inoportuna pelas lideranças partidárias, que a ela fazem restrições de ordem técnica, transforma o Congresso em Constituinte a partir de 1987, assegura o mandato de oito anos dos senadores eleitos em 82 e prevê prazo de um ano para a elaboração da nova Constituição.

Lyra irritado

As declarações do jurista Afonso Arinos de que a comissão de reforma constitucional deve funcionar fora do Ministério da Justiça, atendo-se diretamente à Presidência da República, irritaram profundamente o ministro Fernando Lyra, que respondeu em nota oficial de três linhas, cujo texto diz: "Não me cabe discutir as preocupações do ministro Afonso Arinos com a comissão constitucional. Apenas cumpra determinações de Tancredo Neves reiteradas pelo presidente Sarney. O Ministério da Justiça dará os instrumentos para o funcionamento da comissão".

O texto, redigido de próprio punho, foi entregue ao consultor

jurídico do Ministério Marcelo Cerqueira, que o distribuiu à imprensa. Antes o ministro despachara com o presidente Sarney no Planalto e mantivera uma conversa a portas fechadas com Ulysses Guimarães. Mais tarde, Fernando Lyra gravou uma nota sobre o assunto para a "Voz do Brasil", insistindo em que "o que eu fiz até hoje me foi determinado por Tancredo Neves".

Já o líder do PTB no Senado, Nelson Carneiro (RJ), declarou-se surpreso (e transmitiu isso a José Sarney durante audiência) com o seu ver excessivo número de componentes da comissão encarregada do anteprojeto da nova Constituição — 50 pessoas, segundo o noticiário. "Ora, não será uma comissão para redigir um projeto de Constituinte. Será uma mini-Constituinte, já que seu número de membros é superior ao de representantes de várias assembleias legislativas", observou o senador, que, a propósito, lembrou que um projeto de grande relevância, muito mais extenso, como o do Código Civil, com mais de dois mil artigos, está sendo conduzido por uma comissão de apenas 11 integrantes.

Novo regimento

Foi instalada ontem a Comissão Interpartidária que reformulará o regimento interno da Câmara, sob a presidência do deputado Humberto Souto (PFL-MG). A previsão é de que os trabalhos durarão três meses e sejam retirados do regimento dispositivos autoritários como o voto de liderança. Integrada por 13 deputados, a comissão é encarada como mais um passo para a remoção do chamado "entulho autoritário".

O regimento interno é fundamental porque, com base em seus dispositivos, os deputados atuam no plenário e nas comissões técnicas. Nos últimos anos ele sofreu alterações para esvaziar a Câmara e dar ampla margem de manipulação ao partido que apoiava o governo, a Arena e depois o PDS. A intenção agora é evitar essa legislação, inclusive para evitar que problemas importantes, como o recente caso do Sulbrasileiro, sejam decididos apenas pelo voto de liderança, sem a participação das bancadas.